

A economia, a dívida, o calote de Eduardo III e o filósofo de Urucuia

Mauro Santayana*

Em uma das muitas enigmáticas passagens do *Grande Sertão: Veredas*, o jagunço Riobaldo diz a seu interlocutor invisível que *cachoeira não existe*. A cachoeira, ele explica, são águas que caem de um barranco. Se se retiram as águas, ou se se retira o barranco, não há mais cachoeira. *O que existe, conclui, é o homem humano*.



Economia existe? Poderemos, como o filósofo urucuiano, dizer que, em termos modernos, economia poderia ser produção e mercado. Se não há produção e não há mercado, não há mais economia. Sobre tudo porque, mais do que na relação com o acidente topográfico, o que existe, em relação com a economia, é o *homem humano*.

Moeda, crédito e preços são o resultado de convenções humanas. É a imponderável vontade humana que, induzida e conduzida pela tradição e pela persuasão, determina a procura de bens e a sua oferta, empurra a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, incita a agressividade e concita a prudência. As vontades humanas, somadas, se transformam na ação política. Economia não existe. O que existe é o *homem humano*, isto é, *político*.

O que tem caracterizado estes últimos decênios, nas relações internacionais (com reflexos internos), é a manifestação, cada vez mais agressiva, da vontade política dos países do norte (tendo a economia como o maior instrumento do poder e de sua expansão) e uma *prudência* que se aproxima da pusilanimidade, de parte dos mal chamados países periféricos. Como a pusilanimidade de uns estimula a arrogância dos outros, os que se consideram donos do mundo já não se sentem obrigados às regras da hipocrisia. Não é preciso mais falar baixo, com o porrete atrás das costas, como recomendava Ted Roosevelt a seus emissários à América Latina. Sentem-se à vontade para vir de relho nas mãos.

O caso da dívida é nisso exemplar. Conforme a bem conduzida pesquisa do chileno Gonzalo Biggs, os cobradores mais arrogantes não têm sido, na história, os pagadores mais exemplares. A décima quarta emenda à Constituição dos Estados Unidos, de junho de 1866, anulou a dívida assumida pelos estados do Sul que se haviam rebelado contra a União, sob o argumento de que a República não podia honrar compromissos assumidos por quem se havia insurgido contra a sua existência. O Estado do Mississippi assumiu dívidas junto à Inglaterra, em 1842, e nunca as saldou. Por esta razão, o Mississippi figura, nos arquivos da City, como devedor em mora, desde aquele tempo.

Embora Biggs não registre o fato em seu livro (*A Crise da Dívida Latino-americana*), o devedor mais antigo é a Inglaterra. Em 1338, a fim de financiar a guerra contra a França, que seria conhecida na História como a *Guerra dos Cem Anos*, Eduardo III obteve dos banqueiros de Florença o elevadíssimo empréstimo de 1,5 milhão de florins de ouro. A vitória bélica não veio e os banqueiros florentinos, liderados pelos Bardi, não viram a cor de seu ouro até hoje. Hitler tomou o poder em janeiro de 1933, e em julho declarava claramente que não pagaria o que o seu país devia — e muitas das dívidas eram remanescentes da aventura bélica do Kaiser.

Em 1861, ao assumir a Presidência do México, Benito Juárez suspendeu, pelo prazo de dois anos, o pagamento de suas dívidas externas. Sob a iniciativa de Napoleão III, a França, a Inglaterra e a Espanha enviaram tropas ao México e, usando o príncipe Maximiliano da Áustria, criaram um *império* fictício, que iria ressarcir os da dívida, com os lucros agregados da operação de conquista. Juárez resistiu, ganhou a guerra, mandou fuzilar Maximiliano e mais alguns em Queretaro, em junho de 1867, e rejeitou as dívidas assumidas pelo usurpador. Mas não se recusou a renegociar a dívida anterior, cuja suspensão ele decretara anteriormente, e que servira de pretexto para a invasão de seu país.

É uma questão mais ou menos não resolvida se um Estado é obrigado a honrar o compromisso da estrutura jurídica que o antecedeu. Na antiguidade, quando se derrubava um tirano,

morriam ou se exilavam com ele os contratos e tratados assumidos.

Argumentava-se que, sendo ilegal o poder contraente, ilegais eram os atos que praticava. Essa foi a sustentação teórica para a décima quarta emenda à Constituição norte-americana. Se fôssemos suficientemente fortes, ou corajosos, poderíamos usar o mesmo argumento. Como o maior montante da dívida foi contraído pelos ministros dos governos militares, cuja legitimidade continua sendo discutível, poderíamos fazer as contas, concluir que mais se pagou do que se recebeu, e dizer como disseram os outros: não pagamos. Convém entender que, como ocorreu no Brasil, quase toda a América Latina estava subordinada a governos não-democráticos. Se pensarmos como na antiguidade, ilegal e ilegítima é a dívida que os governos ilegítimos contraem. Faltam-lhes os títulos para assumi-las. Os credores, ao emprestarem para quem não dispõe de garantias, correm o risco do prejuízo. Acresce-se que, desde o início, eles sabiam dessa eventualidade, tanto assim que fizeram acrescentar ao *spread*, já de si elevado, as sobretaxas de risco.

Não acho que deveríamos agir assim. Fomos responsáveis, como povo, ao permitir o desastre político de 1964. Somos responsáveis, como povo, pela docilidade com que aceitamos as variadas formas de colonialismo econômico. Devemos pagar. Mas devemos pagar como for possível. Já nos estão matando de muitas formas, do controle da natalidade às chamadas doenças da civilização. Não podemos continuar submetendo os trabalhadores à fome, a fim de gerar excedentes exportáveis com os quais satisfazer o serviço da dívida. Como senhores do mundo, eles já nos arrancam a pele mantendo os preços das nossas matérias-primas no mais baixo aviltamento. Devemos pagar, sim, mas nas condições que o bom senso recomendar.

Os números sobre a circulação de capitais entre o norte e o sul são crus na exposição da sangria. Entre 1973 e 1981 (época em que os banqueiros não sabiam o que fazer com os petrodólares, e os empurravam pela goela abaixo dos países subdesenvolvidos, como se engordam os gansos para o aproveitamento do *foie-gras*), houve a entrada líquida, na América Latina, de 31 bilhões de dólares. Isto é, entre o dinheiro que entrou e o que saiu houve a sobra de 31 bilhões de dólares. A partir de 1982, com a elevação da *prime rate*, abriram-se as artérias do continente. De 1982 a 1986, a transferência líquida de capitais da América Latina para os países credores foi de 124 bilhões de dólares. Se fizermos a média anual, concluiremos que, nos oito anos de *generosidade*, os ricos nos transferiram, a título de empréstimos e investimentos, o volume de 3.185 milhões de dólares por ano. Nos quatro anos seguintes, nós mandamos para os credores 15.500 milhões de dólares a cada ano: cinco vezes mais do que havíamos recebido anualmente no período anterior. Aí está, sem qualquer disfarce, a razão pela qual perdemos a década dos 80, e, se não soubermos reagir, perderemos a década dos 90. Com ela, perderemos o século e o milênio. A próxima década, o próximo século e, quem sabe?, o próximo milênio serão deles. Não há circunstâncias históricas que sejam superiores à vontade política dos homens. Em nosso caso, ao contrário, as circunstâncias naturais e históricas, se as examinarmos com fria lucidez, têm sido mais do que generosas. O que nos tem faltado é a grave consciência de que constituímos uma nação, e, quer queiram ou não queiram os que se identificam como a elite dirigente, nela se incluem todos. Pobres, ricos, negros, brancos, mulatos, saudáveis e doentes, letrados e analfabetos, trabalhadores e marginais, avarentos e perdulários, empreendedores e vagabundos. Todas as nações são feitas do mesmo barro humano. O que distingue umas das outras é a consciência de pátria, da necessidade de, acima de todas as coisas, das ideologias e doutrinas, dos códigos de conduta social e das aspirações dos indivíduos, preservar e fortalecer a comunidade, que se tenha separado na História e no espaço, para constituir uma identidade nacional particular.

Sem isso, só temos a cachoeira de Riobaldo, sem águas, com pedras — e sem homens.

* Jornalista e escritor.